



Vigília em Brasília e assembleias reforçam campanha salarial 2011

▶ Páginas 3, 4 e 5



Debate em defesa da
democratização da
comunicação

▶ Página 12



MST lança, no Recife,
campanha contra uso
de agrotóxicos

▶ Página 10

Governo começa a regulamentar gratificação de desempenho

▶ Páginas 6 e 7



Encontro motivacional mobiliza servidores da Mata Sul

▶ Página 8

Livro propõe regulação da comunicação

Publicação desmistifica tese de censura levantada pela mídia empresarial

A tese defendida e difundida de forma distorcida pela mídia empresarial de que a regulação das comunicações representa censura cai por água abaixo no livro *Regulação das comunicações - história, poder e direitos*, do pesquisador Venício Lima. O livro foi lançado no dia 30 de março no Recife, durante palestra realizada pelo Sindsep-PE sobre democratização da comunicação (vê matéria na página 12), a qual teve o autor como um dos palestrantes.

Com prefácio do jornalista e professor de comunicação da Universidade de São Paulo (USP), Bernardo Kucinski, o livro reúne uma coletânea de textos escritos entre 2006 e 2010. Dividido em três partes, a publicação traz uma visão histórica



Ficha técnica

- ▶ **Livro** Regulação das comunicações – história poder e direitos
- ▶ **Autor:** Venício Artur de Lima
- ▶ **Dados:** Editora - Paulus, Ano - 2011, Edição - 1ª
- ▶ **Número de Páginas** - 256
- ▶ **Preço de mercado** - R\$ 33,00
- ▶ **Compra direto pela Paulus** R\$ 26,40
- ▶ **Disponível em** http://www.paulus.com.br/regulacao-das-comunicacoes-historia-poder-e-direitos_p_2706.html

das dificuldades de se regular as comunicações no Brasil; o poder exercido pela mídia sem nenhum tipo de regulação; e a discussão que coloca a comunicação como um direito humano.

Os 11 capítulos do livro tratam, de maneira objetiva, a forma como o governo Lula trouxe a comunicação nos oito anos de gestão; resgata a discussão ocorrida na Constituinte sobre o

setor; analisa a relação histórica, e muitas vezes promíscua, entre a mídia e o Estado; mostra como se dão as negociações nas outorgas para concessão da radiodifusão (rádio e televisão), muitas vezes intrínsecas aos interesses privados de políticos; e faz uma reflexão sobre a complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal da radiodifusão, estabelecido na Constituição de 1988.

Ainda fazendo uma relação sobre os interesses políticos que circundam a radiodifusão, Venício Lima apresenta dados de uma pesquisa que mostra a apropriação de alguns políticos das rádios comunitárias. O livro levanta o debate atual sobre comunicação e tecnologia e a força da internet; recupera a primeira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3), que trazia um item sobre a regulação da comunicação; e traz reflexões sobre comunicação e cidadania, defendendo a pluralização do setor.

Charge Samuca



Frases

“Embora existam novos e poderosos atores ‘entrando no jogo’, as comunicações constituem um setor onde ‘as cartas são dadas’ por uns poucos grupos no nosso país, há várias décadas, ”

Venício Lima – ao apresentar o livro *Regulação das comunicações - história, poder e direito*.

Artigo

Por que o fim do Imposto Sindical?

Desde a sua criação, há 28 anos, a CUT luta pelo fim do Imposto Sindical. O tributo obrigatório, criado por Getúlio Vargas durante o chamado Estado Novo, em 8 de julho de 1940, traz na sua origem um atrelamento ao governo. Na época, para receber o imposto, os sindicatos tinham que se adequar a um estatuto padrão. Isso vai de encontro aos ideais da Central Única dos Trabalhadores: autonomia e liberdade sindical.

Mas esse não é o único motivo. O imposto, referente ao desconto de um dia de serviço do trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), independente de ele ser ou não sindicalizado, representa um montante financeiro atrativo, que desperta a cobiça de pessoas

mal intencionadas que criam sindicatos apenas para ficar com esse dinheiro e que não representam nem defendem, de fato, a sua categoria. São os chamados sindicatos cartoriais.

Mas como manter um sindicato? Em vez do imposto sindical, que é um desconto obrigatório, a CUT defende a taxa negociada, que funcionaria da seguinte forma: após cada campanha salarial seria realizada uma assembleia geral extraordinária, na qual a base iria autorizar o sindicato a recolher, ou não, o valor correspondente a um dia de serviço.

É importante compreender que o imposto sindical não financia apenas os sindicatos. Do total da contribuição do trabalhador, 60% são

repassados aos sindicatos de sua categoria, 10% vão para as centrais sindicais ao qual o sindicato é filiado, 15% para as confederações, 5% para as federações e 10% para o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, que patrocina o Seguro Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Defendemos o fim do imposto sindical. A decisão da sustentação financeira e a forma de contribuição devem ser decididas democraticamente em assembleia com os trabalhadores. Assim teremos sindicatos verdadeiramente representativos e não apenas de arrecadação.

Sérgio Goiana
Coordenador geral do Sindsep-PE e presidente da CUT-PE

Expediente

Jornal editado pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de PE
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 – Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenador Geral - **Sérgio Goiana**
Secretária Geral - **Graça Oliveira**
Diretoria de Imprensa
Fernando Antônio de Lima,
e **Jemuel Nunes**

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça (DRT- 2506)

Texto
Fabiola Mendonça,
Deyse Lemos (DRT- 3909)
e **Nathalia Beserra** (estagiária)

Revisão
MP de Lourdes S. Maior Araujo
Fotos
Arquivo SINDSEP – PE, Condsef e João Carlos Mazella

Projeto gráfico e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468) fone: 9291.3273

Impressão **CCS Gráfica e Editora**
fone: 3459.0000
Tiragem - 15.500 exemplares

Marcha, em Brasília, exige reabertura das negociações

Após ato público, os servidores realizaram uma vigília no Ministério do Planejamento, até que a ministra Miriam Belchior recebesse representantes da categoria

Como parte das atividades da campanha salarial 2011, servidores federais realizaram, no dia 13 de abril, em Brasília, uma grande marcha, que reuniu aproximadamente 15 mil pessoas. A concentração foi no Palácio do Planalto. De lá, a categoria seguiu em marcha até o Ministério do Planejamento, onde ficaram em vigília. Simultaneamente, 26 entidades que representam o setor, entre elas a Condsef e a CUT, foram recebidas pela ministra da pasta, Miriam Belchior. Essa foi a primeira au-

diência com a gestora desde que ela assumiu o cargo em janeiro deste ano.

A principal reivindicação da categoria, que era a reabertura das negociações setoriais, foi atendida. O diretor do Sindsep-PE, José Alberto Oliveira, participou da atividade em Brasília e conta que serão feitas duas negociações. Uma diretamente ligada à campanha salarial (*pauta geral*) e outra para tratar de alguns setores que já protocolaram memorial junto ao governo. “A ministra quer analisar todos os acordos setoriais firmados até agora”, explica José Alberto Oliveira.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA
Durante reunião, a ministra

informou que a intenção do governo é enviar ao Congresso Nacional, até junho, o projeto de lei para regulamentação da negociação coletiva. Segundo Miriam Belchior, a intenção é manter um diálogo permanente com a categoria. “A negociação coletiva será a maior conquista do setor porque com ela o governo será obrigado a se reunir com os sindicatos, todos os anos, para discutir a pauta da categoria e daí fechar um acordo coletivo. Hoje, sem a regulamentação, o governo não é obrigado a receber a categoria, que fica a mercê dos gestores”, explica o coordenador geral do Sindsep-PE e presidente estadual da CUT, Sérgio Goiana.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse que vai manter um diálogo permanente com os servidores



MOBILIZAÇÃO Mais de 15 mil servidores federais participaram da vigília na Capital Federal

Servidores tiram indicativo de greve para segunda quinzena de junho

Em plenária realizada no dia 14 de abril, os servidores federais da base da Condsef aprovaram indicativo de greve para a segunda quinzena de junho. Antes, no dia 11 de maio, será realizada uma grande mobilização nos estados para preparar a categoria para uma marcha a Brasília com data prevista para 16 de junho. As atividades têm como finalidade pressionar o governo a atender a pauta de reivindicações da campanha salarial 2011 do setor.

Com a participação de mais de 500 delegados, a plenária da

Condsef também aprovou outros encaminhamentos. Algumas reivindicações são gerais e atendem toda a categoria como a luta contra o assédio moral, a terceirização e qualquer projeto de lei que tramite no Congresso Nacional que seja prejudicial aos trabalhadores do setor.

Dentre as reivindicações específicas está a extensão da Gacen e Gecen a todos os servidores do Ministério da Saúde e Funasa que ainda não recebem, mas fazem jus ao benefício, a exemplo dos cargos de auxiliar de enfermagem e médico.

Na plenária, os trabalhadores do serviço público, celetistas, reivindicaram luta por uma mesa nacional de negociação com o Ministério do Planejamento para tratar de demandas específicas.

Os anistiados do Governo Collor também participaram da plenária nacional da Condsef e, junto aos demais delegados, encaminharam a luta pelo retorno de todos os anistiados pela Lei 8.878/94 e pela aprovação do Projeto de Lei (PL) 5030/09, que reabre o prazo para os demitidos por Collor requererem suas anistias.

essa luta é nossa



Frente pela democratização da comunicação

Mais uma vitória rumo à democratização da comunicação do país. No dia 19 de abril, no Congresso Nacional, foi lançada a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Popular, uma iniciativa da deputada Luiza Erundina (PSB/SP), com apoio dos parlamentares Emílio José (PT/BA), Jean Wyllys (PSOL-RJ), Paulo Pimenta (PT/RS) e da pernambucana Luciana Santos (PCdoB). A frente surgiu, principalmente, pela mobilização exercida pelos movimentos sociais sobre os parlamentares, com o objetivo de promover, acompanhar e defender iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão e do direito à comunicação.



EBC vai suspender programas religiosos

O Conselho Curador da EBC aprovou, no dia 23 de março, a resolução das suas Câmaras de Educação e Cidadania e Direitos Humanos que determinou a suspensão dos programas religiosos da grade de programação da emissora. A decisão teve como base as várias reclamações de telespectadores enviadas à ouvidoria da empresa, que resultou no parecer da Câmara de Educação, a qual indicou a substituição dos atuais programas por um programa sobre o fenômeno da religiosidade no Brasil, de um ponto de vista plural, assegurada a participação de todas as religiões. A diretoria executiva da EBC deve apresentar ao Conselho uma proposta de ocupação do horário antes utilizado pelos programas suspensos por outras produções que abordem o fenômeno religioso em função do interesse cultural e em respeito ao Estado laico.

Sindsep-PE inicia assembleias para divulgar campanha salarial do funcionalismo

Lançada nacionalmente em fevereiro e, **Lem Pernambuco**, no dia 16 de março, a campanha salarial dos servidores federais começou a ganhar força entre os servidores. Desde o início de abril, o Sindsep-PE iniciou uma série de assembleias pelos órgãos federais para divulgar os eixos da pauta de reivindicação do funcionalismo. No final de abril e início de maio, a direção do sindicato pega a estrada para levar informações para os servidores lotados no interior do Estado. Confira a seguir como foram essas primeiras assembleias.



NO INCRA, INCERTEZAS E RECLAMAÇÕES

A direção do Sindsep realizou, na manhã de 4 de abril, uma assembleia no pátio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, apresentou os atores do Teatro TV Sindical, que fez uma breve apresentação para chamar atenção dos servidores, de uma forma descontraída, para as principais reivindicações do setor. Além das denúncias sobre as condições de trabalho, os servidores falaram das incertezas em torno da mudança do presidente do órgão e da estrutura do Incra. Depois dos informes e de tomarem conhecimento dos eixos da campanha salarial, os servidores federais escolheram delegados para a Plenária Nacional do setor, organizada pela Condsef.



PENDÊNCIA DO ACORDO PAUTOU ASSEMBLEIA NO IPHAN

Na assembleia realizada na tarde do dia 4 de abril no Iphan um item chamou a atenção dos servidores do órgão: o não cumprimento dos acordos. O setor firmou, desde 2008, um termo de acordo com o governo que prevê a implantação de gratificações de titulação e capacitação para os servidores. Porém, até hoje isso não aconteceu. A servidora Gisela Montenegro questionou o coordenador geral do sindicato, Sérgio Goiana, quanto ao andamento das negociações sobre o assunto. Ele explicou que a Condsef está lutando para que essa reivindicação seja atendida no orçamento da União do próximo ano, já que o deste ano foi fechado em 2010. "O melhor caminho no momento é buscar um entendimento político, mas, se for necessário, buscaremos uma solução jurídica", esclareceu Goiana.



SERVIDORES DO IBAMA INTERAGEM COM SINDICATO

No dia 5 de abril, os servidores do Ibama receberam a direção do Sindsep-PE para sua assembleia. Depois de uma breve apresentação do grupo teatral TV Sindical e da apresentação dos eixos da campanha salarial, os servidores interagiram com o sindicato, com muitas perguntas e comentários, principalmente sobre a perda de algumas atividades que fortaleciam o órgão, como as unidades de preservação. O servidor Cícero Benício, que participou do Encontro Nacional do setor em Brasília, organizado pela Condsef, transmitiu os informes e respondeu perguntas dos colegas.



NO DPMN, SERVIDORES DEFENDERAM UMA DATA BASE

"O governo está mais interessado no PAC e no corte do orçamento. Os servidores estão em segundo lugar". A observação de Ivanildo Dionísio Lima, servidor do DPNM, foi um dos questionamentos mais forte da assembleia do órgão realizado na tarde do dia 5 de abril. O servidor José Carlos Farias sugeriu ao coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, que estava conduzindo a assembleia, que os eixos da campanha fossem focados na luta por uma data base, para que todo ano o servidor pudessem negociar seu reajuste. O sindicalista explicou que a reivindicação já consta na pauta da categoria, que é a regulamentação da negociação coletiva, item que, por sinal, já estava bem avançado. Outro tema muito discutido na assembleia foi a transformação do DPNM em agência. Os servidores se mostraram bastante apreensivos, mas Sérgio Goiana adiantou que não existe nada de concreto sobre o assunto e, caso isso aconteça, o sindicato tomará a frente da discussão.



DESVIO DE FUNÇÃO E BAIXOS SALÁRIOS EM DISCUSSÃO NA SRTE

No final da manhã do dia 7 de abril, o sindicato realizou uma assembleia na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), no Recife, para divulgar os eixos da campanha salarial. Os servidores do órgão vivem uma situação atípica. Eles realizaram, em 2010, uma greve de cinco meses por melhores salários e essa é a maior reivindicação do setor, que recebe um dos piores salários do funcionalismo federal, e luta por um reajuste de 78% a título de antecipação do plano especial de cargos. Na assembleia, os servidores da SRTE aproveitaram para fazer uma denúncia sobre desvio de função. "Tem atendente que está lavando banheiro", disse a servidora Arionide Belém. "O administrativo não pode suprir uma necessidade do órgão. Somos contra qualquer desvio de função e o servidor que se sentir prejudicado deve procurar o Departamento Jurídico do sindicato", informou o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana.



DESMONTE DA FUNAI FOI UM DOS PONTOS DA ASSEMBLEIA

Na assembleia da Funai, no dia 7 de abril, a teatralização da TV Sindical foi toda voltada para o desmonte do órgão e a extinção de sua unidade em Pernambuco. E o descalço era visível. Prédio abandonado, servidores subaproveitados e muita desmotivação. Ao apresentar os eixos da pauta, o coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, falou sobre a necessidade de insistir no resgate da ascensão funcional. Ele deu destaque aos projetos prejudiciais aos servidores que tramitam no Congresso Nacional, como a reforma da Previdência, em que estabelece, entre outras coisas, a idade mínima de 70 anos para aposentadoria – tanto para homem como para mulher. Goiana informou que fez contato com os deputados federais por Pernambuco do campo da esquerda, no sentido de conseguir apoio para barrar esses projetos nocivos ao funcionalismo.



SERVIDORES DA CONAB DE OLHO NO ACORDO COLETIVO DO SETOR

O auditório da Conab estava lotado, na tarde do dia 7 de abril, para realização da assembleia da campanha salarial do funcionalismo público. Os trabalhadores da companhia são regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sendo assim, eles possuem acordo coletivo e dentre as principais reivindicações do setor está a reestruturação do Plano de Cargos Carreira e Salários, reajuste dos benefícios e criação de incentivo à capacitação. Na assembleia, o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, aproveitou para agradecer aos trabalhadores da empresa o reconhecimento do sindicato como legítimo representante da base. O líder sindical também informou que os trabalhos para renovação do acordo coletivo já começaram e a ideia da Condsef é fechar o quanto antes essas negociações para que o setor seja contemplado no próximo orçamento da União.

ASSEMBLEIA DA DEFESA EXTRAPOLA PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL

Na noite do dia 12 de abril, no auditório do Sindsep-PE, foi realizada uma assembleia para divulgar os eixos da campanha salarial entre os servidores do Ministério da Defesa (Exército, Marinha e Aeronáutica). A assembleia foi dividida em três momentos. No primeiro, houve apresentação do grupo de teatro TV Sindical com uma crítica sobre o descalço do governo com a categoria, puxando pelo mote do corte no Orçamento. Num segundo momento, o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, repassou os eixos de luta da categoria e, logo em seguida, a diretora da Secretaria de Formação Político Sindical, Elna Melo, falou dos preparativos para o IV Encontro dos Trabalhadores dos Comandos do Ministério da Defesa, que será realizado de 12 a 14 de maio. Os servidores dos órgãos militares aprovaram a ideia.

Começa avaliação de desempenho nos órgãos federais

Desde o ano passado que o governo publicou decreto regulamentando a gratificação de desempenho dos servidores

Um fantasma que ronda os servidores federais desde 1998, a gratificação de desempenho (GD) está sendo regulamentada no serviço público. O Decreto 7133, de março de 2010, que regula a GD, começou a ser colocado em prática, o que vem gerando muitas dúvidas entre os servidores. Órgãos ligados aos ministérios do Trabalho, da Saúde e da Fazenda, por exemplo, já iniciaram o primeiro ciclo de avaliação, no sentido de definir os percentuais, individual e institucional, que vão caracterizar os pontos que cada servidor terá. O máximo da pontuação é 100 e o mínimo 30.

O Decreto 7133 não é autoaplicável em virtude da existência de carreiras diferenciadas no Executivo federal com características e especificidades pontuais. Servirá muito mais como uma diretriz a ser seguida para todo o serviço público, mas é preciso que normas distintas por órgãos, como portarias, sejam publicadas para nortear as regras que serão adotadas em cada uma das carreiras. Fazem parte do Decreto pelo menos 38 carreiras. Muitos servidores, como os da AGU, da Fundaj e da área de educação, já adotam avaliações específicas e ficaram de fora do documento.

Para o Sindsep-PE, avaliar o servidor é um recurso interessante, que pode inclusive, motivá-lo. O problema para a entidade são os critérios subjetivos que essa avaliação adota, o que pode, ao invés de incentivar, desmotivar ou até servir de desculpa para se perseguir servidor. Além disso, o decreto não estabelece a participação da representação sindical na avaliação e não propõe programas de capacitação, como forma de adequação funcional ou melhoria de desempenho. "Nós não somos contra sermos avaliados. O que não concordamos é que o método utilizado parta para o campo pessoal ou que atenda a interesses escusos", comenta o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana.

Atualmente, a gratificação de desempenho é fixa. Todo servidor federal da ativa recebe 80 pontos de GD, enquanto aposentados e pensionistas recebem 50 pontos. Uma distorção inaceitável para a Condsef e para o Sindsep, que defendem a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. O decreto, inclusive, não faz nenhuma menção aos aposentados

e pensionistas. Ainda não se sabe qual será a proposta do governo sobre a pontuação da gratificação de desempenho para este setor.

NA PRÁTICA

A gratificação de desempenho vai oscilar de um ano para o outro, já que a pontuação da GD vai depender da avaliação, que deverá ter duração de 12 meses. A exceção será apenas no primeiro ciclo - por se tratar da implantação do decreto 7133 em caráter experimental, será de seis meses. Nos ciclos seguintes, os servidores serão avaliados durante um ano por uma Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho (CAD), a qual será formada por representantes do governo e dos servidores, além do acompanhamento do avaliado em todas as etapas.

A avaliação será dividida em dois níveis: a individual, que analisa a desenvoltura profissional do servidor e representa apenas 20% da pontuação final; e a institucional, referente ao desempenho do órgão ao qual o servidor está vinculado, que corresponde aos 80% restantes. Desses dois níveis ainda há uma subdivisão. Na individual, 15% representam uma auto-avaliação, 25% são avaliados pelo CAD e 60% são análises feitas pela chefia. Essa matemática corresponde, no máximo, a 20 pontos da GD, já que a avaliação institucional pode chegar até 80 pontos.

Um detalhe que vale ressaltar é que essa regra ainda não vale para o primeiro ciclo. A avaliação será feita apenas pela chefia e valerá até 100 pontos. Não haverá a divisão do desempenho individual e institucional. As atribuições da CAD ficarão a cargo dos Recursos Humanos dos órgãos. Além disso, até o processamento final da avaliação do primeiro ciclo, as GDs serão pagas pelo valor correspondente a 80 pontos.

Os servidores efetivos atingidos pelo Decreto 7133 serão avaliados de forma igualitária (20 pontos da individual e 80 pontos da institucional). A regra vale também para os cargos comissionados nos níveis 1, 2 e 3. Já os DAS 4, 5 e 6 não serão avaliados, receberão a pontuação já estabelecida, nesse caso, 100 pontos. Concluída a avaliação, os valores da GD serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos das avaliações individual e institucional pelo valor do ponto estabelecido em lei, conforme o nível, classe e padrão do servidor avaliado. Pela pulverização das inúmeras estruturas remuneratórias no Executivo Federal, não existe um valor único referente ao ponto. Cada tabela tem seu valor específico.

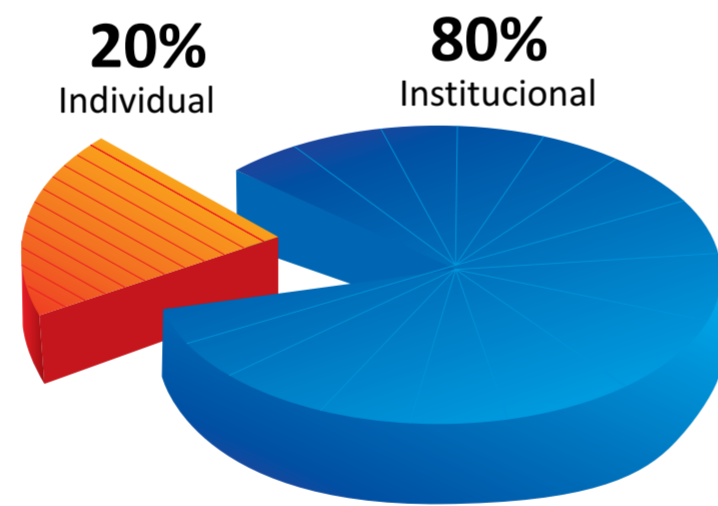


“Nós não somos contra sermos avaliados. O que não concordamos é que o método utilizado parta para o campo pessoal ou que atenda a interesses escusos”

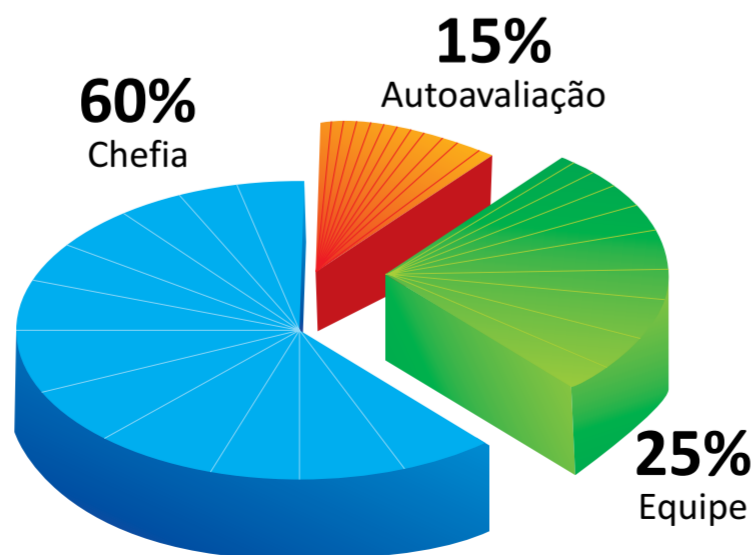
Sérgio Goiana,
coordenador
do Sindsep-PE e
presidente da CUT

A matemática na hora de avaliar

▶ Percentuais correspondentes à avaliação de desempenho do servidor:



▶ A avaliação individual (20 pontos) será fracionada da seguinte forma:



Antes da implantação, é preciso definir metas

Para dar início à avaliação de desempenho, cada ministério deverá definir metas globais, que irão gerar metas intermediárias, até atingir a meta individual. A global é definida pela instituição maior, no caso ministérios, enquanto que a intermediária deverá ser trilhada pela unidade específica/órgão, e deverá estar interligada com a meta global. A meta individual será um pacto feito pelo servidor e a chefia imediata. Deverá estar articulada com as metas intermediárias.

Definidas as metas, o processo para avaliação de desempenho já pode ser iniciado. Mas, para isso, é preciso primeiro que estas metas tornem-se públicas. Iniciado o processo de avaliação, as etapas seguintes passam por um acompanhamento sistemático dos representantes dos órgãos e da CAD.

Na sequência, será feita uma análise parcial dos resultados para eventuais ajustes, para, enfim, realizar a apuração final dos pontos que cada servidor deverá receber na sua gratificação de desempenho. Concluído o processo, o resultado final será publicado e o servidor comunicado sobre a sua pontuação.

INCERTEZAS

Embora subjetivo e complexo, o Decreto 7133 traz muitas informações sobre avaliação individual, que representa apenas 20% da gratificação de desempenho. Sobre a avaliação institucional pouco se sabe. Subtende-se que o que vai nortear essa avaliação são as metas globais e intermediárias, mas não se tem informação sobre os métodos e quem serão os responsáveis por essa avaliação.

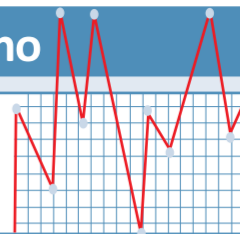
Um dos problemas já detectado pelo Sindsep na avaliação institucional é quanto o desmonte da grande maioria dos órgãos federais. "O estabelecimento das metas não cuidou de prever a falta de estrutura e o sucateamento dos órgãos, a falta de equipamentos e os assédios quem intervêm em todo o processo avaliativo", pondera a diretora de Formação do Sindsep, Elna Melo.

A secretária geral da entidade, Graça Oliveira, cita como exemplo desse desmonte o caso da Funai em Pernambuco, que o governo federal esvaziou e hoje não tem funcionalidade. "Como é que se pode avaliar um órgão nessas condições. Está claro que o processo é falho e precisa de ajustes", finaliza Graça.

O Sindsep-PE, através da Condsef, vem buscando mais informações sobre a GD, no sentido de esclarecer as dúvidas de seus associados acerca do assunto. Nas próximas edições, o GARRA Mensal trará mais detalhes sobre o Decreto 7133 e sobre como a avaliação está sendo dada nos órgãos federais. Confira no box ao lado um resumo do documento.

Gratificação de Desempenho

Objetivo geral da avaliação de desempenho, segundo o Decreto 7133/10
Medir o desempenho institucional (do órgão) e individual (do servidor)



Objetivos específicos, segundo o Decreto 7133/10

1. Medir o desempenho institucional
2. Medir o desempenho individual
3. Identificar as necessidades de capacitação
4. Subsidiar as revisões do planejamento estratégico
5. Identificar as necessidades de adequação funcional
6. Gerar insumos para o desenvolvimento da política de gestão de pessoas

GDPGPE; GDIAE, GDINEP; GDAFE; GPDFNDE; GDSUFRAMA; GDATUR; GDAC; GDATPF; GDATPRF; GDAPEN; GDAPEF; GDAPA; GDARA; GDAHFA; GDASA; GDATEM; GDPST; GDFFA; GDATFA; GDACHAN; GDACT; GDACTSP; GDAPIB; GDAEM; GTEMA; GDAIT; GDIT; GDADNIT. GDAPEC; GDARM; GDAPM; GDADNPM; GDAPDNPM; GDAFAZ; GDASUSEP; GDECVVM; GDASCVM; GDAIPEA; GDAIN; GDACABIN; GDAR; GDATR; GDRH; GDPCAR; GEDR; GDATP; além dos DAS 1, 2 e 3. Os DAS 4, 5 e 6 receberão a pontuação máxima da avaliação: 100 pontos.

Período de avaliação e vigência da Gratificação de Desempenho

Cada ciclo de avaliação terá uma duração de um ano. A partir da conclusão dos trabalhos, o servidor passará a receber a Gratificação de Desempenho, que terá uma vigência também de doze meses. Excepcionalmente no primeiro ciclo, em caráter experimental, a avaliação será feita em seis meses.

Crítérios para avaliação individual, conforme Decreto 7133/10

Entre os critérios utilizados na avaliação individual, o servidor terá que cumprir metas até então subjetivas. Além disso, terá que corresponder minimamente aos requisitos a seguir:

1. Produtividade no trabalho, com base em parâmetros previamente estabelecidos de qualidade e produtividade
2. Conhecimento de métodos e técnicas necessários para o desenvolvimento das atividades referentes ao cargo efetivo na unidade de exercício
3. Trabalho em equipe
4. Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo
5. Comprometimento com o trabalho

Além desses critérios mínimos, na avaliação poderá constar ainda os seguintes pontos:

- ▶ Qualidade técnica do trabalho
- ▶ Capacidade de autodesenvolvimento
- ▶ Capacidade de iniciativa
- ▶ Relacionamento interpessoal
- ▶ Flexibilidade às mudanças

Pontuação

O método adotado na avaliação está dividido em duas etapas simultâneas. O servidor será avaliado e o órgão ao qual ele está vinculado também. Nessa combinação, a avaliação individual tem o peso de 20% e a institucional de 80%. Na avaliação individual ainda há uma sub-divisão: 15% da avaliação será feita pelo próprio servidor, 25% pela uma equipe de avaliação e 60% pela chefia.

Recurso

O servidor poderá contestar o resultado da avaliação e solicitar sua reconsideração no prazo de dez dias. O recurso deverá ser apresentado ao RH do órgão de lotação do servidor, que o encaminhará à chefia imediata. Esta terá um prazo máximo de cinco dias para responder a contestação. Em última instância, a CAD poderá julgar o recurso.

CAD

Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho, composta por representantes do órgão e dos servidores. Somente poderão compor a CAD servidores efetivos, em exercício no órgão, que não estejam em estágio probatório ou respondendo processo administrativo.

Metas

Global: Definida por Ministérios/organização
Intermediárias: Definidas em consonância com a meta global e segmentada por unidade de avaliação/órgão
Individual: Pactuada entre o servidor e a respectiva chefia em consonância com as metas intermediárias correspondentes à equipe de trabalho a qual pertence.

brasil, brasis

Brasil fica mais velho antes de ficar rico

Relatório do Banco Mundial (BIRD), divulgado no dia 6 de abril, mostra que o Brasil envelhece muito mais rápido do que os países desenvolvidos. De acordo com o levantamento, as nações ricas primeiro ficaram ricas, depois velhas. O Brasil e outros emergentes estão ficando velhos antes de ficarem ricos. Enquanto a França levou mais de um século para ter um aumento de 7% para 14% da população acima de 65 anos, o Brasil passará pelo mesmo processo em duas décadas, de 2011 a 2031.



15 anos do massacre de Carajás

Enquanto celebram a memória dos agricultores assassinados há 15 anos por policiais militares no Sul do Pará, os trabalhadores rurais lembram que não há ninguém cumprindo pena pelo episódio. A Comissão Pastoral da Terra faz um levantamento anual dos conflitos agrários no Brasil. Desde 1995, 205 trabalhadores rurais foram assassinados no Pará em 459 fazendas ocupadas por 75.840 pessoas. 25 mil famílias continuam acampadas à espera de assentamentos em áreas que, somadas, ultrapassam um milhão de hectares.

Plebiscito sobre armas reforça democracia

A discussão em torno do porte de armas pela sociedade brasileira e a possibilidade de realização de um plebiscito sobre o assunto é visto de maneira positiva pelo Instituto Pólis, uma organização não governamental voltada para a elaboração de políticas públicas. O principal avanço seria o fortalecimento de vias de democracia participativa. Nelson Saule Júnior, coordenador da área de Direito da Cidade da ONG, avalia que o massacre de crianças em uma escola municipal do Realengo, no Rio de Janeiro, acabou por levar à opinião pública a necessidade de debater a sério o assunto.

Sindicato inicia negociação para renovar acordo coletivo da Conab

Pernambuco vai apresentar 14 propostas na plenária nacional da Conab, as quais poderão ser acrescentadas na pauta geral do setor

O Sindsep-PE, junto aos representantes sindicais de base da Conab (Sérgio Viana, Robson Souza e Antônio Wanderley) e a Asnab-PE, já deu início aos trabalhos para a renovação do Acordo Coletivo 2011/2012. No dia 7 de abril, durante assembleia para divulgar os eixos da campanha salarial do funcionalismo público, os trabalhadores da companhia também referendaram 14 propostas que serão defendidas pela delegação de Pernambuco na plenária nacional do setor, a ser realizada em breve, para elaborar minuta do acordo coletivo que será

Os próprios servidores da Conab sugeriram as propostas que serão apresentadas em Brasília

apresentado à empresa e ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest).

As 14 propostas de Pernambuco que serão levadas à plenária nacional (ver box ao lado) são fruto de uma caixa de sugestões que foi colocada na recepção da Conab durante o mês de março. "No dia 6 de abril, nós, representante sindicais de base do Sindsep-PE, e a Asnab, sentamos para sintetizar todas as sugestões recebidas", explica Robson Souza, que completa: "A participação de todos colegas foi fundamental para que essa minuta estadual fosse elaborada da forma mais democrática possível". "Estamos acompanhando desde o início a luta dos servidores da Conab. Não seria diferente agora, no acordo coletivo", afirma o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana.

Propostas

Pernambuco vai levar contribuição para a pauta nacional

- 1 Extensão da assistência médica aos aposentados e dependentes
- 2 Inclusão de neto, pai e mãe como dependente típico do plano de saúde
- 3 Migração do plano de cargos, carreira e salários (PCCS) 2009 a 1991, com devolução do retroativo
- 4 Incentivo à capacitação dos funcionários, inclusive os cedidos e os redistribuídos
- 5 Implantação do programa de qualidade de vida do trabalhador com um abono mensal de R\$ 200
- 6 Abono salarial linear de R\$ 2.000,00 a ser pago em dezembro de 2011 e 2012
- 7 Aumento do tíquete para R\$ 30
- 8 Extensão da Cibrius a todos os funcionários
- 9 13º de tíquete a ser pago todo mês de dezembro
- 10 14º salário para todos os funcionários da Conab
- 11 Seguro total para os veículos da empresa
- 12 Jornada de trabalho de seis horas, com implantação do horário corrido e duas turmas
- 13 Informe mensal da dívida e do gasto mensal do servidor com plano de saúde
- 14 Valorizar os funcionários que têm diploma de graduação e pós para fins de promoção



Encontro motivacional em Palmares

Evento atendeu a uma reivindicação dos próprios servidores, vítimas das enchentes do inverno do ano passado

No dia 13 de abril, o Sindsep-PE realizou um encontro motivacional com os servidores de Palmares e cidades vizinhas como Xexéu, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Maraiá e Caruaru. O objetivo foi trabalhar a autoestima desses servidores, que até hoje enfrentam sequelas das chuvas, que devastaram a região no inverno do ano passado. O evento atendeu a uma reivindicação dos próprios trabalhadores.

O assessor de Formação do sindicato, Joelson Passos, que aplicou técnicas motivacionais, explica que hoje os servidores já estão numa fase de reafirmação proativa, ou seja, já assimilaram tudo que aconteceu e estão buscando forças, "arregando as mangas", para seguir a vida.

O encontro foi dividido em três momentos. O primeiro, de análise sobre a tragédia das enchentes. "Dessa reflexão, os servidores tiraram algumas lições. As diferenças de classes foram quebradas e eles puderam sentir a força da esperança e confiar no poder da organização", conta Joelson.

Num segundo momento, os servidores tiraram alguns encaminhamentos. Eles solicita-



AUTOESTIMA Depois das enchentes do ano passado, servidores ficaram desmotivados

ram que a presença do sindicato na região fosse ampliada com a realização de eventos, principalmente de natureza motivacional. Os filiados também reivindicaram outra instalação para a subseção de Palmares, já que a que existia foi destruída pela enchente.

DESEMPENHO

No terceiro momento, a secretária de Formação do Sindsep-PE, Elna Melo, apresentou o detalhamento das avaliações

de desempenho contidas no Decreto 7133/2010 e as normatizações feitas pelas portarias específicas do Ministério da Saúde e da Funasa. Os trabalhadores entenderam a importância de manter suas lotações nas unidades públicas dos hospitais locais, assim como o acompanhamento efetivo na aplicação das respectivas avaliações e de seus recursos.

Foi discutido também o Projeto de Lei (PL) 248/98, que trata da demissão por insuficiência

no serviço público e esclarecidas dúvidas sobre questões relativas às aposentadorias (modalidades, opções e revisão). Para a diretora de Formação do Sindsep-PE, o evento foi de extrema importância.

"Podemos comprovar in loco, como o poder da organização com humildade, firmeza e ação puderam superar perdas irreparáveis é reafirmar o nosso compromisso em contribuir para a construção de um mundo melhor", disse Elna Melo.

Servidores da Funai lembram o Dia do Índio com protesto

Com o apoio do Sindsep, os servidores promoveram um ato público exigindo a revogação do Decreto 7056/09

"Hoje, o índio não tem nem o que falar. Antes nós somos os últimos". Foi com essa frase que o representante da tribo Fulni-ô, Towê Veríssimo, resumiu a realidade do tratamento que os índios recebem hoje. O desabafo de Veríssimo aconteceu durante as comemorações ao 19 de abril, Dia do Índio, realizadas pelos servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai), com apoio do Sindsep-PE. O que deveria ser motivo de festa, se transformou em ato de protesto, devido ao desmonte da Funai e do fechamento do órgão em Pernambuco.

O evento foi aberto com uma breve fala de alguns servidores sobre o desmonte que a Funai sofre atualmente e o descaso do governo federal com a causa indígenista. Ao contrário do que acontece, o Estado deveria reestruturar e fortalecer a Fundação e resgatar a cidadania da



DANÇA Índios da tribo Funiô fizeram uma apresentação na Funai

comunidade indígena, dizimada ao longo dos anos. O grupo indígena Fulni-ô, de Águas Belas, interior de Pernambuco, fez uma breve apresentação de dança e música para os servidores. O evento foi concluído com um lanche servido em frente à Funai, na avenida João de Barros, na Boa Vista.

Ao longo da história, a resistência dos povos indígenas ao processo de extermínio preci-

sou ser fortalecida e desde 1967 conta com a ajuda da Funai. As políticas públicas voltadas para as comunidades indígenas tratam os índios com discriminação e preconceito. "Nossa principal cobrança hoje é a revogação do decreto 7056/2009. Não podemos deixar de refletir, hoje e todos os dias sobre a importância da miscigenação do país", alertou a secretária geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Jornada de debates do Dieese destaca situação econômica

A atividade já passou por 15 estados. Em Pernambuco, a jornada ocorreu dia 7 de abril

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realizou, na manhã do dia 7 de abril, a V Jornada Nacional de Debates. A atividade aconteceu no auditório da Força Sindical e em todos os 27 estados brasileiros, no período de 15 dias. O evento foi promovido pelo Dieese e pelas sete centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Nova Central, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Força Sindical e Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

Com o tema *Negociação Coletiva no Cenário de Crescimento Econômico*, o debate iniciou com um breve discurso de cada um dos representantes das centrais; de Paulo Graciano, coordenador Sindical do Dieese e do Sindserp; e de Graça Oliveira, da direção executiva Nacional do Dieese e secretária geral do Sindsep. Ao destacar a importância do evento, Graça afirmou que "o Dieese, como assessor do movimento sindical, acerta nas temáticas conforme a realidade que o país está vivendo".



COMPOSIÇÃO As sete principais centrais participaram da jornada

Coube ao coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Prado, a principal palestra do evento. Ele trouxe como um dos questionamentos as consequências da chegada do Brasil à 5ª economia do mundo. Através de uma análise da economia brasileira, Silvestre usou gráficos, indicadores e dados que apontavam que a principal preocupação do país em atingir essa marca será a melhoria da distribuição de renda.

Na apresentação, o palestrante mostrou pesquisas realizadas pelo Dieese sobre taxas

de desemprego, evolução do emprego formal, rendimento médio real e massa de rendimento real, entre os anos de 2001 e 2010. Silvestre destacou também a importância das conquistas dos sindicatos através dos acordos e negociações nos reajustes salariais, em comparação também ao INPC/IBGE entre 2001 e 2010. "Os trabalhadores têm que continuar lutando para conquistar mais direitos e a melhoria da distribuição de renda. Nós somos os protagonistas da riqueza do país", afirma Graça Oliveira.

brasil, brasis



Uma reforma na ordem mundial

A presidente Dilma Rousseff e os demais chefes de Estado dos países que compõem o Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e, partir de agora, África do Sul – defenderam, no dia 14 de abril, mudanças no sistema monetário internacional, no sentido de torná-lo estável, confiável, com ampla base internacional de reserva. Também insistiram na necessidade de deixar a ONU "mais efetiva, eficiente e representativa", para que possa "tratar os desafios globais atuais com maior êxito".

Muitos mortos no Paquistão

Os ataques dos aviões não tripulados dos Estados Unidos em 2010 causaram 957 mortes e ferimentos a 383 pessoas no Paquistão, segundo relatório publicado no dia 14 de abril pela Comissão de Direitos Humanos do Paquistão. Os autores do relatório, que utilizaram dados divulgados pela imprensa, calcularam em 134 o número de ataques com mísseis lançados em 2010. O maior número de vítimas mortais está na região do Waziristão do Norte, onde foram mortas 802 pessoas. As constantes incursões de aviões estadunidenses não tripulados, que atacam zonas fronteiriças com o Afeganistão, já causaram sérias discrepâncias entre Washington e Islamabad. As autoridades paquistanesas consideram que se trata de uma violação de sua integridade territorial e exigem que os Estados Unidos coloquem um fim à caça de guerrilheiros no Paquistão.

EUA financiaram oposição na Síria

Os Estados Unidos financiaram secretamente os grupos da oposição na Síria e um canal de difusão de programas críticos do regime do presidente Bashar al-Assad, informou no último dia 18 o jornal norte-americano Washington Post. Citando telegramas diplomáticos difundidos por Wikileaks, o jornal indica que o canal Barada TV, instalado em Londres, começou a emitir em abril de 2009, mas foi expandido para cobrir a onda de protestos na Síria. O país está vivendo desde 15 de março uma inédita contestação ao governo do presidente Bashar al-Assad.

MST em campanha contra agrotóxico

O objetivo é ampliar o debate sobre o uso do veneno agrícola no Brasil, país que mais utilizou agrotóxico em 2010

O auditório do Sindsep-PE foi palco, no dia 7 de abril - Dia Nacional da Saúde - do lançamento, em Pernambuco, da *Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida*, coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em parceria com outras 20 entidades ligadas aos movimentos sociais. O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, participou do evento (*confira entrevista na próxima página*), dividindo a mesa com o pesquisador Itamar Lages, professor da Universidade

de Pernambuco (UPE).

Durante a palestra, tanto Stédile como Lages trouxeram dados relevantes sobre o uso de agrotóxico no Brasil, o maior consumidor do mundo. De acordo com o líder dos sem terra, das dez empresas que mais produzem agrotóxico no Brasil, oito são transnacionais, o que indica a força do capital estrangeiro no Brasil, maquiado de agronegócio.

Segundo dados do MST, o Brasil bateu recorde no uso de agrotóxico no ano passado. Com a utilização sem controle do veneno agrícola, o uso dos agrotóxicos não atinge apenas o contingente rural, mas se transformou em uma questão de saúde pública, já que acarreta uma série de doenças, entre elas o câncer.

"Os impactos negativos são no trabalhador, que aplica dire-

tamente (o veneno à plantação); na sua família, que mora dentro das plantações; na periferia da cidade, porque a pulverização é quase em cima das casas. Tem também o impacto no ambiente, com a contaminação por agrotóxicos das águas", afirmou o médico e professor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Wanderlei Antonio Pignati, em entrevista publicada no site do MST.

OBJETIVO DA CAMPANHA

O lançamento da campanha no Recife foi simultâneo ao de outros estados brasileiros. Os movimentos sociais esperam, com essa campanha nacional, ampliar o debate acerca do uso desenfreado dos agrotóxicos e provocar uma mobilização nacional no sentido de barrar essa prática. O

MST propõe um modelo de agricultura baseado na agroecologia e na pequena agricultura.

O movimento insiste na implantação da lei, aprovada em 2010, que determina que 30% da produção da agricultura familiar devem ser absorvidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. "O objetivo da nossa campanha é conscientizar a população brasileira dos riscos que estamos correndo, sejam os agricultores, sejam os consumidores, que vêm se alimentando com doses diárias de veneno", alerta João Pedro Stédile.

A direção do Sindsep-PE decidiu, em reunião, não só participar do movimento nacional, como indicou um representante para compor a comissão estadual que está coordenando a campanha em Pernambuco.



PALESTRA
O lançamento da campanha aconteceu no auditório do Sindsep-PE

Movimento ganha direito de resposta contra militares

Com uma mensagem intitulada "Reforma Agrária: Esperança para o campo, comida na sua mesa" e a imagem de trabalhadores rurais em uma plantação agrícola, 21 outdoors estão sendo espalhados pelo Estado de Pernambuco. A campanha é mais uma conquista do MST, que ganhou na Justiça, o direito de resposta contra a Associação dos Militares Estaduais de Pernambuco (AME), antiga AOSS, e a empresa de outdoors Stampa.

Em 2006, a antiga AOSS fez uma campanha difamatória e preconceituosa contra o MST, cuja mensagem era "Sem Terra: sem lei, sem respeito e sem qualquer limite. Como isso tudo vai parar?". A campanha discriminatória foi reproduzida em jornais de circulação local, internet, de emissoras

de TV e rádio, além dos veículos internos de comunicação da entidade.

Cinco anos após a ação difamatória, no final de março, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (CAT), mediado pelo Ministério Público de Pernambuco, em que a AME será obrigada

a custear as peças publicitárias, além de fazer a retratação pública em seus veículos de comunicação. Espera-se que a retratação dos militares sirva de exemplo para os demais setores da

sociedade que agem de má fé e fabricam campanhas criminosas contra o MST. Que fique a lição de que o respeito aos direitos humanos norteem os rumos de uma sociedade democrática, que deveria ter como meta uma sociedade mais igualitária.

Comunidade Asa Branca completa 25 anos

Assim como acontece com os trabalhadores rurais, a luta pela habitação é um símbolo de resistência para a população urbana. Um exemplo é a comunidade Asa Branca, no Engenho do Meio, zona norte do Recife, que completou 25 anos em março. A disputa pela moradia no local começou em 1986, sendo uma das primeiras ocupações logo após a redemocratização do Brasil, o que representa um marco para a comunidade.

Na época, 120 famílias se uniram na luta pela moradia e ocuparam uma área aproximada de um hectare. O local estava reservado para a construção de uma praça, já que era de propriedade do Ministério da Previdência. O terreno foi desmembrado, uma parte foi ocupada pela hoje comunidade de Roda de Fogo e a outra parte ficou para a Asa Branca.

Esse esforço só foi possível graças ao poder de mobilização

do que mais tarde se transformou na Associação dos Moradores da Comunidade Asa Branca. O local que no passado era pantano, hoje, totalmente aterrado, é uma área de Zeis (*Zona Especial de Interesse Social*). Embora a especulação imobiliária esteja de olho na área, não é permitida construção vertical na comunidade. Passados 25 anos, os moradores da Asa Branca ainda têm muito a conquistar.

Ainda hoje lutam pela posse definitiva da terra. Sem planejamento, as ruas da comunidade são precárias, espécies de vielas, embora o saneamento tenha sido garantido. A saúde e educação também são desafios para as 140 famílias que hoje moram na Asa Branca. A escola mais próxima fica na comunidade de Roda de Fogo e não há posto médico. As mais de duas décadas de resistência servem de inspiração para a Asa Branca continuar lutando e garantir novas conquistas.

Entrevista: João Pedro Stédile - Coordenador nacional do MST

Sem terra quer mudança no modelo de produção agrícola

A CAMPANHA
Estamos preparando, desde o ano passado, uma campanha nacional contra o uso do agrotóxico e em defesa da vida. Os índices de consumo de veneno agrícola pelo agronegócio já atingiram níveis insustentáveis que vão, além de trazer mais pobreza, afeta a saúde pública. São mais de 50 entidades envolvidas na campanha.

O AGRONEGÓCIO

O agronegócio, como não dá emprego, substitui a mão de obra pela máquina e pelo veneno. Desde 2009, o Brasil se tornou o maior consumidor de veneno agrícola. Isso é uma aberração porque somos o 10º produtor agrícola. Os venenos usados no Brasil não são biodegradáveis. O agronegócio coloca o veneno na agricultura, mata os insetos, contamina o lençol freático, a água que está no subsolo, contamina o próprio solo porque mata todas as bactérias que dão fertilidade. Alguns tipos de veneno contaminam até a atmosfera, quando os latifundiários aplicam o veneno por avião ou quando colocam secantes nas plantas que já estão mortas e, o mais grave, é que também vão se acumulando nos grãos. E todos nós, ao nos alimentarmos com esses produtos, vamos ingerindo pequenas doses diárias de veneno, até que algum dia vire um câncer. É por isso que alguns cientistas do Instituto Nacional do Câncer também estão conosco nessa campanha porque estão percebendo que aumentou muito a incidência de câncer de estômago, que tem sua origem nos agrotóxicos. Como agora esse câncer é originado desse veneno, degenerando as células, ele começa a aparecer em todas idades.

CONTAMINAÇÃO

Há 15 dias, o doutor e professor Wanderley Pignate, apresentou para a opinião pública, repercutindo até na Globo - que não é muito sensível à saúde do nosso povo - para vocês virem como foi grave a denúncia do professor. Depois de uma pesquisa de dez anos no município Lucas de Rio Verde (*Mato Grosso*), totalmente dominado pela monocultura da soja e com alto índice de veneno, ele constatou que já há incidência nesse município de leite materno contaminado. Sete tipos de veneno foram encontrados nos leites maternos dessa cidade. Então, toda aquela crença que tínhamos de que o leite materno é o melhor alimento, o melhor antibiótico, já não é verdade para as populações que estão à mercê do agronegócio e do monocultivo. As mulheres, ao se alimentarem com produtos que têm veneno, acabam repassando para os seus filhotes. Por outro lado, o Brasil também vem sendo vítima dessa sanha de vender veneno, cada vez em maior quantidade. No país, a

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na luta pela democratização da terra através da reforma agrária, também combate o latifúndio e o agronegócio. Esses vilões têm como aliado o uso dos agrotóxicos que contaminam as plantações e o ser humano. O pior é que boa parte da população não tem noção dos problemas que podem causar o uso dos venenos na agricultura. Em sua passagem pelo Recife para o lançamento da campanha contra o uso desses venenos agrícolas, o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, falou sobre a campanha e sobre os problemas causados pelos agrotóxicos.



fazer essa campanha para alertar a população e buscar medidas concretas que levem a diminuição do uso de venenos. Em muitos países da Europa é proibido fazer pulverização aérea porque depois que se joga o veneno na atmosfera é incontrolável. Aqui no Brasil, 25% de todos os venenos usados na agricultura, são lançados de avião. No ano passado, houve uma chuva tóxica na cidade de Florianópolis. Aí foram analisar a origem e essa chuva veio de nuvens que assimilaram veneno passado na soja de Mato Grosso.

PROPOSTAS

Deveríamos caminhar, primeiro para a proibição do uso de pulverização aérea no Brasil. Segundo, devemos estabelecer um controle mais rigoroso e exigir que os venenos constem nos rótulos dos produtos alimentícios para que, pelo menos, a população saiba o que está comprando. Está lá no Código de Defesa do Consumidor, mas ninguém obedece. Também aumentar o controle sobre venenos que estão proibidos na Europa, mas as grandes empresas trazem e vendem. Há um grande contrabando de veneno da China, mais baratos, entram pelo Paraguai, os grandes fazendeiros compram para aplicar sem controle nas suas lavouras. E, em contraposição a isso, e como proposta mais ampla, a possibilidade de se produzir sem veneno, que é a pequena agricultura, a agroecologia, que são técnicas agrícolas e científicas, que já são de conhecimento público, milenares algumas, que permitem que se possam produzir alimentos sem venenos e sem diminuir a produtividade. Infelizmente, a opinião pública não tem conhecimento. Acha que veneno é uma coisa natural.

DENÚNCIA

Infelizmente, uma das maiores fábricas de veneno do Brasil, no Pólo de Camaçari, na Bahia, essa fábrica é da Monsanto, fabrica glifosato. É a maior fábrica de glifosato do mundo e está totalmente deslocada do mercado consumidor porque esse é um veneno para a soja. Essa fábrica eles praticamente ganharam de graça com dinheiro da Sudene, que era para combater a pobreza do Nordeste, e com o dinheiro do BNB. Recursos públicos que deveriam ser utilizados para combater a pobreza foram desviados na época do FHC. Dizem que foi pela influência que a Monsanto tinha, que financiava campanhas de quase todos os partidos do Nordeste. Essas empresas transnacionais costumam ter essa promiscuidade com o poder público: financiam campanha para depois pegar o troco em polpudos financiamentos a juros baixos.

defendem o interesse do capital, colocaram pequenas notinhas de cinco linhas, quando deveriam dar manchetes.

PERIGO À VISTA

A Anvisa já denunciou que existem 20 produtos que contêm doses inaceitáveis de agrotóxicos, mas que nem se quer têm rótulos. A batata inglesa, por exemplo, é um dos produtos que mais possuem veneno, mas se compra a granel. Mesma coisa o tomate, o pimentão, a uva e a maçã, que leva 33 tipos de veneno durante a safra e a população não sabe. A soja também. Façam o teste no supermercado. Vejam no óleo de soja se tem alguma coisa dizendo: 'essa soja foi tratada com glifosato'. Não. Nem sequer eles respeitam a lei que tem que dizer se é transgênica ou não. Então nós, os movimentos sociais, as academias, algumas instituições do governo, nos juntamos para

Comunicação e direitos humanos é tema de debate no Sindsep-PE

Os pesquisadores Venício Lima (UnB) e Marco Mondaini (UFPE) falaram da necessidade de se democratizar a comunicação

De forma pioneira no movimento sindical, o Sindsep-PE promoveu, no dia 30 de março, um debate sobre a democratização da comunicação, tendo como palestrantes os pesquisadores Venício Lima, professor aposentado da UnB, e Marco Mondaini, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tanto Lima como Mondaini são referências na discussão acerca dessa temática. Mais de cem pessoas prestigiaram o evento, entre servidores federais, representantes dos movimentos sociais, professores e estudantes de comunicação.

Ao abrir o evento, o coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, destacou o compromisso da entidade na defesa da comunicação como direito humano e lembrou a luta da CUT, que está presente em todas as discussões que tratam da democratização da comunicação. "Entendemos que precisamos ampliar a democracia brasileira e a participação da sociedade na construção dessa democracia. E essa discussão passa necessariamente pela comunicação. Num país em que algumas poucas famílias controlam os meios de comunicação a democracia está comprometida. É preciso mudar essa realidade", salientou Goiana.

Primeiro palestrante a falar, Marco Mondaini deu uma verdadeira aula sobre liberdade, comunicação e direitos humanos, trazendo questões conceituais e citando autores consagrados nessa linha. Depois, o professor Venício Lima aprofundou a discussão sobre a importância de criação de conselhos de comunicação, como uma das formas de democratizar e de fazer valer a comunicação como um direito humano.

Para citar a falta de participação e representação da grande maioria da sociedade nos veículos de comunicação, Lima lembrou o formato escuso como as concessões de radiodifusão (televisão e rádio) acontecem, como as empresas se utilizam dessas concessões que são públicas para atender interesses privados e o atrelamento de muitos políticos no controle dessas outorgas. O pesquisador também lembrou a concentração midiática de muitas empresas, a chamada propriedade cruzada, em que a mesma empresa de comunicação detém, por exemplo, o controle de jornais, revistas, rádios, televisão, portal na internet.

Após as duas palestras, o público interagiu com os dois pesquisadores, enriquecendo ainda mais o debate em torno da democratização da comunicação. Ao final, foi servido um coquetel e o professor Venício Lima autografou seus últimos dois livros *Liberdade de expressão X liberdade de imprensa*, lançado em 2010 pela editora Publisher; e *Regulação das comunicações - história, poder e direito*, lançado no final de março pela editora Paulus.

CONSELHOS DE COMUNICAÇÃO

O Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom) está lutando pela implantação de um conselho estadual de comunicação em Pernambuco. A entidade civil já entrou em contato com o secretário executivo de Imprensa do governo, Evaldo Costa, para tratar da questão.



COMPROMISSO Sindicato encabeça a luta pela democratização da comunicação

Entrevista: Venício Lima - Pesquisador

“Os conselhos são uma forma direta de a sociedade opinar”

Em Brasília já existe um movimento da sociedade civil organizada lutando pela implantação do conselho distrital de comunicação. O professor e pesquisador da UnB, Venício Lima, faz parte desse grupo, como explica na entrevista a seguir.

GARRA - Como vem sendo a luta travada, em Brasília, pela implantação do Conselho distrital de comunicação?

VENÍCIO LIMA - Depois da Constituição de 1988, as constituições estaduais tiveram que se adaptar ao novo texto. Vários estados, inclusive o Distrito Federal, ao fazerem essa adaptação, introduziram nas suas respectivas constituições um capítulo sobre comunicação social e previram, a exemplo do que tem na Constituição Federal, a criação de um conselho estadual de comunicação como órgão auxiliar. Rosni Derrero, um deputado distrital antigo do PT, apresentou um projeto de regulamentação desse conselho, no Distrito Federal. Um ano depois, quando ainda era o governo Cristovão Buarque, tramitou na Câmara Legislativa, foi aprovado nas comissões, ficou pronto para entrar no plenário e nunca foi votado. Quando houve aquela discussão do caso cearense (em 2010), eu levantei a bola de que era preciso retomar essa discussão local. Começamos a discutir isso e lançamos um movimento em 3 de fevereiro deste ano. Fiz um levantamento da situação em outros estados. Aí descobrimos que é preciso ser um projeto levantado

pelo governador. Fizemos esse lançamento com o apoio da Secretaria de Cultura, da CUT, do Sindicato dos Jornalistas de Brasília e de vários movimentos sociais e lideranças da cidade. Fizemos um evento e logicamente a grande mídia não noticiou, mas noticiamos através da mídia alternativa, de blogs, sites de sindicatos. Estamos discutindo agora com a assessoria do governador (de Brasília) a criação do projeto, mas na verdade já existe uma minuta. A nossa ideia é que o governador concorde e envie a proposta para a Assembleia Legislativa porque tem que ser aprovado lá. Na medida que esse processo andar, vamos abrir mais ainda a discussão sobre o assunto para que haja a contribuição da sociedade.

GARRA - Como o cidadão poderá participar dele?

VENÍCIO - Da mesma forma que participa hoje dos conselhos de saúde e de educação. Os conselhos são uma forma direta de a sociedade opinar nos assuntos de seu interesse. Tendo a comunicação como um direito humano fundamental, o conselho vai ser um fórum de debates de questões que estão ausentes do debate público. Um exemplo: os governos estaduais gastam milhões de reais em propaganda. Faz parte da obrigação constitucional dos governos darem publicidade aos atos deles, mas também há campanhas de interesse público. Esse dinheiro, muitas vezes faz parte de barganhas. Então, no caso de um conselho estadual ou distrital, ele poderá influenciar na destinação dos recursos públicos. E, por exemplo, apoiar mídias alternativas, enfatizar em determinadas áreas em detrimento de outras.

GARRA - Se os conselhos estaduais estão previstos desde a Constituição, por que até agora não foram implantados?

VENÍCIO - Pelas mesmas razões que os artigos do capítulo 5º, do título 8º da Constituição sobre comunicação não foram regulamentados: o interesse dos grandes grupos de comunicação de que a área não seja regulamentada.

